



**Prefeitura Municipal de Ituverava**  
**Estado de São Paulo**



Ofício nº 135/2025-SE

Ituverava-SP, 24 de junho de 2025.

Exmo. Sr.

**RAFAEL FERNANDO MENDONÇA DE FREITAS MATTOS**

**DD. Presidente da Câmara Municipal**

**Ituverava/SP**

Com nossas cordiais saudações, tem este a finalidade de encaminhar à Vossa Excelência, para apreciação dessa colenda Câmara, *Projeto de Lei que "Autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio com o Governo do Estado de São Paulo, através da Superintendência da Polícia Técnica Científica, subordinada à Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, visando a instalação do Instituto Médico Legal."*

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para apresentar os votos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

**LUIZ ANTONIO DE ARAÚJO**  
**Prefeito de Ituverava**



**Prefeitura Municipal de Ituverava**  
**Estado de São Paulo**



**PROJETO DE LEI Nº. 018/25**

*(Autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio com o Governo do Estado de São Paulo, através da Superintendência da Polícia Técnica Científica, subordinada à Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, visando a instalação do Instituto Médico Legal.)*

**Artigo 1º** - Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênio com o Governo do Estado de São Paulo, através da Superintendência da Polícia Técnica Científica, subordinada à Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, com vigência a partir de 24 de junho de 2025, visando à instalação do Instituto Médico Legal – IML, no município de Ituverava.

**§1º** - O convênio que trata o caput deste artigo será celebrado nos termos da minuta constante do Anexo desta Lei, que a integra para todos os efeitos de direito.

**§2º** - O convênio que vier a ser celebrado nos termos da minuta de que trata o parágrafo anterior poderá sofrer alteração no ato de celebração a fim de abranger e/ou dispor em casos omissos na presente minuta.

**Artigo 2º** - Fica o Executivo Municipal autorizado a celebrar contrato de locação de imóvel destinado à instalação do Instituto Médico Legal – IML, obedecidos as normas previstas na Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993.

**Artigo 3º** - As despesas decorrentes com a execução dessa lei, correrão por conta das dotações próprias suplementadas, se necessário.

**Artigo 4º** - Esta lei entra em vigora na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ituverava, 24 de junho de 2025.

**LUIZ ANTÔNIO DE ARAÚJO**  
Prefeito de Ituverava

**LEONARDO HIDEHARU TSURUTA**  
Secretário Municipal Executivo



**ANEXO I - MINUTA DE CONVÊNIO**

**CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM  
O MUNICÍPIO DE ITUVERAVA E O GOVERNO DO  
ESTADO DE SÃO PAULO, POR INTERMÉDIO DA  
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA.**

O MUNICÍPIO DE ITUVERAVA, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda, sob o nº. 46.710.422/0001-51, neste ato representado pelo Prefeito Senhor XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, portador da Cédula de Identidade RG nº. XXXXXXXXXXXXX, e o CPF nº. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, devidamente autorizado pela Lei Municipal nº. xxxx, de xx de xxxxxxxx de 20XX, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO, e a SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO, com sede na Rua Libero Badaró, 39, Centro, São Paulo, Capital, CEP: 01009-000, e-mail: [seguranca@sp.gov.br](mailto:seguranca@sp.gov.br), representada pelo Secretário XXXXXXXXXXXXXXXX, portador da Cédula de Identidade RG nº XXXXXXXXXXXXXXXX, e o CPF nº. XXXXXXXXXXXXXXXX, doravante denominada simplesmente SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA, resolvem celebrar o presente convênio de cooperação, nos termos das cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA I - DO OBJETO**

O presente Convênio de Cooperação tem por objeto a instalação de Instituto Médico Legal (IML), no MUNICÍPIO, compreendendo: locação/disponibilização, manutenção e conservação do imóvel, incluindo o pagamento de impostos e taxas



decorrentes; o fornecimento de móveis e utensílios para o seu funcionamento; a cessão de servidores e/ou estagiários.

## **CLÁUSULA II - DO IMÓVEL**

Incumbe ao MUNICÍPIO providenciar a disponibilização ou a locação do imóvel para instalação do Instituto Médico Legal.

§1º É de responsabilidade do MUNICÍPIO a manutenção do imóvel disponibilizado ou locado, bem como o pagamento de impostos, taxas e demais despesas decorrentes da instalação e permanência do determinado Instituto, aí também compreendidos os aluguéis periódicos e outros encargos derivados do locatício.

§2º. As contas de água e energia elétrica serão arcadas pelo Instituto Médico Legal.

## **CLÁUSULA III - DOS SERVIDORES**

Compete ao MUNICÍPIO colocar à disposição servidores e/ou estagiários, que serão requisitados pelo Instituto Médico Legal, de acordo com os ditames da Lei nº\_\_ de \_\_de\_\_de\_\_, para a realização de trabalhos afetos às atividades do Instituto Médico Legal.

## **CLAÚSULA IV - DOS IMÓVEIS, UTENSÍLIOS E MATERIAIS**

Ao MUNICÍPIO cabe, ainda, a cessão de imóveis e utensílios necessários ao funcionamento do Instituto Médico Legal, que continuarão a pertencer ao patrimônio municipal, mediante requerimento expresso com especificações e quantidades, formulado pelo Instituto Médico Legal, ficando sujeito à aceitação do MUNICÍPIO, segundo sua disponibilidade.

## **CLÁUSULA V - DAS ATRIBUIÇÕES E DEVERES DO INSTITUTO MÉDICO LEGAL.**



Compete ao Instituto Médico Legal utilizar o imóvel para o funcionamento a que se destina, mantendo-o em boas condições de uso.

§1º. Compete, ainda, ao Instituto Médico Legal informar ao MUNICÍPIO, assim, que possível, quaisquer ocorrências relativas ao imóvel, para as providências que forem cabíveis.

§2º. Deverá o Instituto Médico Legal prontamente todos os esclarecimentos, bem como fornecer dados solicitados pelo MUNICÍPIO para o fiel cumprimento das condições pactuadas.

§3º. Cabe ao Instituto Médico Legal formalizar todas as solicitações e requisições de servidores e/ou estagiários e encaminhar ao MUNICÍPIO para sua efetiva regularização.

#### **CLÁUSULA VI - DOS RECURSOS FINANCEIROS**

As despesas decorrentes do presente convênio correrão exclusivamente às expensas do MUNICÍPIO.

#### **CLÁUSULA VII - DO PRAZO DA VIGÊNCIA**

O presente convênio terá vigência pelo prazo de \_\_\_\_ anos, contados de sua assinatura, após o qual poderá ser celebrado novo convênio, desde que não seja modificado o objeto.

#### **CLÁUSULA VIII - DA DENÚNCIA**

Este convênio poderá ser denunciado pelo descumprimento de qualquer das obrigações ou condições pactuadas, ou pela superveniência de norma legal ou ato administrativo que o torne formal ou materialmente inexecutável, ou ainda, por ato unilateral, mediante aviso prévio da parte que dele se desinteressar, com



**Prefeitura Municipal de Ituverava**  
**Estado de São Paulo**



antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias, respeitando-se, em quaisquer casos, o prazo necessário para o cumprimento de atividades inadiáveis.

**CLÁUSULA IX - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Os entendimentos para a consecução do presente convênio far-se-ão por intermédio do XXXXXXXXXXXXXXXX e poderá ser modificado por termo aditivo.

Fica eleito o Foro da Justiça Estadual, com prejuízo de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as eventuais questões oriundas e relativas a este convênio.

E, por estarem as partes de pleno acordo, aceitando todos os termos do convênio, firma o presente instrumento em 4 vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Ituverava, em XX de XXXX de XXXX.

\_\_\_\_\_  
**PREFEITURA**

\_\_\_\_\_  
**SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA**

**Testemunhas:**

\_\_\_\_\_



**Prefeitura Municipal de Ituverava**  
**Estado de São Paulo**



Ao

Excelentíssimo Senhor

**RAFAEL FERNANDO MENDONÇA DE FREITAS MATTOS**

Digníssimo Presidente da Câmara Municipal de Ituverava

**JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI:**

Senhor Presidente,

Senhores(as) Vereadores(as):

Tenho a honra de submeter, à apreciação dessa Egrégia Câmara Municipal, o anexo Projeto de Lei que **"Autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio com o Governo do Estado de São Paulo, através da Superintendência da Polícia Técnica Científica, subordinada à Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, visando a instalação do Instituto Médico Legal"**.

O presente Projeto de Lei está sendo encaminhado para apreciação e urge aprovação em razão da necessidade de continuar com os serviços prestados através do Instituto Médico Legal - IML, que além do município de Ituverava, atende as cidades vizinhas.

Haja vista, a necessidade de melhoria, agilidade e praticidade no trato com as famílias acometidas de morte ou violência física no município, este precisa possuir dentro de seu perímetro, uma infraestrutura e insumos adequados de Unidade de Medicina Legal.

Para tal intento, o Poder Público busca uma parceria entre o Estado de São Paulo e o Município para alçar o fim almejado.

Ante o exposto, conforme minuta do Termo de Cooperação anexo, encaminhamos o presente projeto de Lei para apreciação.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Prefeitura Municipal de Ituverava - SP, 24 de junho de 2025.

**LUIZ ANTÔNIO DE ARAÚJO**  
Prefeito de Ituverava